



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**Grupo Parlamentar**

Exma. Senhora

Presidente da Comissão de Cultura,  
Comunicação, Desporto e Juventude

Deputada Edite Estrela

**Assunto: Requerimento para audição do Ministro da Cultura e de outras entidades na 12.ª Comissão a propósito do ato de vandalismo cometido sobre a Rocha 2 de Piscos e da situação da Fundação Côa Parque**

Na passada semana ocorreu um ato de vandalismo perpetrado na rocha 2 de Piscos, famosa mundialmente pela sua importante figuração humana com mais de 15.000 anos.

Segundo o comunicado dos trabalhadores sobre este assunto, o “ato terá ocorrido entre domingo, quando a rocha foi observada incólume pela última vez, e quinta-feira, quando o seu resultado foi detetado”.

O Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a denunciar em múltiplas ocasiões que o subfinanciamento do Côa colocava em questão o seu importante papel de serviço público, e referiu precisamente os riscos que tal acarretava para a segurança e preservação de um património reconhecido pela UNESCO como de valor incalculável para a humanidade.

Sempre denunciámos que a criação de uma fundação pública de direito privado para a gestão do património do Côa foi uma opção com vista à desorçamentação dos custos de manutenção do museu e da conservação do património, situação que muito se agravou no último governo PSD/CDS, e que traria graves problemas para o futuro.

No Projeto de Resolução do PCP entregue em Maio de 2016 (PJR n.º 318/XIII/1.ª), referíamos que “Este abandono é ainda agravado pela redução da segurança aos núcleos, como forma de fazer face às dívidas para com a empresa. [...] Esta situação acarreta graves riscos para o património, com possíveis casos de vandalismo e visitas não controladas, nomeadamente por parte de empresas privadas.” Outras entidades, como por exemplo a Associação dos Arqueólogos Portugueses, também fizeram alertas semelhantes.

Infelizmente, os receios que foram então expostos confirmaram-se com os recentes acontecimentos, apesar dos esforços e insistências que o PCP desde sempre fez para que tal não viesse a acontecer. Torna-se evidente que continua a ser necessário tomar



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

medidas de financiamento e gestão pública que garantam o cabal cumprimento das funções do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa, designadamente no que toca à investigação, gestão, conservação, vigilância e divulgação do património à guarda da instituição.

Relembrar ainda que, apesar das medidas de carácter financeiro no que concerne à Fundação Côa Parque, que decorreram do Orçamento do Estado para 2017, continua sem existir uma estratégia que permita potenciar as valências patrimoniais e científicas da região, como fica evidente com os atrasos verificados para a revisão e atualização dos estatutos da Fundação Côa Parque, acrescendo o atraso concomitante da tomada de posse do novo conselho de administração, o que obrigou a uma gestão corrente, levando a reais transtornos de funcionamento, designadamente ao nível da gestão de pessoal, da planificação e organização de atividades, nomeadamente de visitas escolares, e da investigação científica.

Torna-se importante apurar em que medida todos os estes factos influíram no desfecho conhecido da Rocha 2 de Piscos, bem como potenciais consequências para futuro e as diligências que serão tomadas nesta matéria.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição do senhor Ministro da Cultura e ainda da Comissão de Trabalhadores da Fundação Côa Parque, bem como da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do ICOM – Portugal e do ICOMOS – Portugal em sede da 12.ª Comissão.

**As Deputadas,**

**Diana Ferreira**

**Ana Mesquita**